

PROTOCOLO

Estado de Rondônia
Assembleia Legislativa

07 OUT 2025

Protocolo: 1222/25

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIO

Nº 1135/25

AUTOR : DEPUTADO ISMAEL CRISPIN

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de tapumes protetores nos caixas eletrônicos para reabastecimento monetário pela parte posterior, bem como a instalação de divisórias ou biombos entre os caixas de atendimento e o espaço reservado para clientes que aguardam atendimento nos estabelecimentos bancários e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, que disponibilizem caixas eletrônicos em suas dependências, ficam obrigados a instalar tapumes protetores, de modo que o reabastecimento monetário dos equipamentos seja realizado pela parte posterior, evitando a exposição direta dos funcionários e clientes durante a operação.

Art. 2º Fica estabelecida a obrigatoriedade de instalação de divisórias ou biombos entre os caixas de atendimento presencial e o espaço destinado aos clientes que aguardam atendimento, com o objetivo de assegurar a privacidade e a proteção das informações pessoais e financeiras dos usuários.

Art. 3º As divisórias, biombos ou tapumes a que se refere o art. 2º deverão:

- I – ter altura mínima de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros);
- II – ser confeccionados em material que garanta a durabilidade e não comprometa a circulação de ar e a iluminação do ambiente;
- III – não dificultar a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIO

Nº

AUTOR : DEPUTADO ISMAEL CRISPIN

Art. 4º Os estabelecimentos bancários terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei, para se adequarem às exigências aqui previstas.

Art. 5º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis:

I – advertência;

II – multa de até 1.000 (mil) Unidades Padrão Fiscal do Estado de Rondônia aplicada em dobro em caso de reincidência.

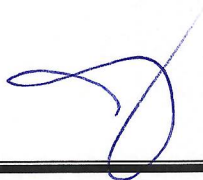
Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 22 de setembro de 2025.



ISMAEL CRISPIN
Deputado Estadual

PROTÓCOLO		PROJETO DE LEI ORDINÁRIO	Nº
AUTOR : DEPUTADO ISMAEL CRISPIN			
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Senhor Presidente,</p> <p>Nobres Deputados.</p> <p>O presente Projeto de Lei tem por objetivo reforçar a segurança, a privacidade e a proteção dos clientes e funcionários dos estabelecimentos bancários, por meio da obrigatoriedade da instalação de tapumes protetores nos caixas eletrônicos e de divisórias, biombos ou tapumes entre os caixas de atendimento e o espaço reservado ao público.</p> <p>No que se refere aos caixas eletrônicos, a medida busca evitar a exposição de funcionários e clientes durante o processo de reabastecimento de numerário, prática que, realizada pela parte frontal dos equipamentos, pode gerar situações de risco, como a facilitação de assaltos, além de expor os usuários a potenciais constrangimentos. Ao estabelecer que o reabastecimento seja feito pela parte posterior e protegido por tapumes, garante-se maior segurança operacional e prevenção de ilícitos.</p> <p>Já em relação aos caixas de atendimento presencial, a instalação de divisórias, biombos ou tapumes tem como finalidade assegurar a privacidade dos clientes, evitando que terceiros tenham acesso visual ou auditivo a informações sigilosas, tais como valores sacados, depósitos, saldos ou dados pessoais. Tal medida também contribui para reduzir a prática criminosa conhecida como “saidinha de banco”, uma vez que inibe a visualização do atendimento por pessoas mal-intencionadas.</p> <p style="text-align: right;"></p>			

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI
ORDINÁRIO

Nº

AUTOR : DEPUTADO ISMAEL CRISPIN

É importante destacar que tais medidas já vêm sendo discutidas em diversos estados e municípios brasileiros, refletindo uma preocupação crescente com a **segurança bancária** e com a **defesa do consumidor**.

Portanto, a presente iniciativa legislativa busca adequar a infraestrutura bancária a padrões mínimos de **segurança preventiva e respeito ao consumidor**, atendendo a um clamor social legítimo e compatível com a função protetiva do Estado.

Assim, este Projeto de Lei se apresenta como medida de relevante interesse público, ao equilibrar a prestação de serviços bancários com a garantia da integridade, privacidade e segurança da população.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição que certamente trará mais tranquilidade e segurança aos usuários.

Plenário das Deliberações, 22 de setembro de 2025.



ISMAEL CRISPIN
Deputado Estadual